

TRABALHO E RENDA NO MEIO RURAL: DESAFIOS EM CONTEXTO DE CRISE CAPITALISTA

Franciclézia de Sousa Barreto Silva
Discente do PPGSS/UFRN – Docente /UERN
cleziasb@yahoo.com.br

Eliana Costa Guerra
Assistente Social – Docente/UFRN
elianacostaquerra@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho problematiza as transformações societárias impetradas pelo capital no processo produtivo na fase atual do capitalismo, particularizadas na condição e nas relações sociais presentes no meio rural brasileiro, que têm se refletido no trabalhador. Neste sentido, trabalho e meio rural são categorias analíticas fundamentais. A análise do processo de modernização “conservadora” do campo não deve dissociar-se das estratégias econômicas e políticas da burguesia agrária em acordo com o Estado brasileiro. Com efeito, o campo não se apresenta como corpo isolado dos domínios de reprodução do capital, tampouco, o trabalhador rural está imune das conseqüências destrutivas desse momento histórico.

Palavras Chave: Meio rural, trabalhador rural e precarização do trabalho.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar as determinações mais gerais que explicam as transformações pelas quais passa o modo capitalista de produção, nos tempos contemporâneos, marcados pela instauração de novos padrões de acumulação do capital. Tais transformações têm redimensionado a vida em sociedade e inaugurado novas formas de subsunção do trabalho no capital.

Neste artigo enfocamos o desenvolvimento do capitalismo no campo, evidenciando as transformações impetradas pelo capital no processo produtivo e seus rebatimentos sobre as relações e condições de trabalho. Portanto, trabalho e meio rural são categorias analíticas fundamentais. Isso por entendermos que, nos tempos contemporâneos, a produção agrícola se encontra constantemente condicionada e diretamente relacionada com a dinâmica do capital industrial e mesmo do capital financeiro, que, por sua vez não foge às determinações da lei de valorização do capital em geral. Por certo, no nascedouro das atividades agrícolas o trabalho do homem tinha por fim apenas sua subsistência assegurada através da produção de bens com valor de uso. Com o desenvolvimento do valor de troca, transformado em dinheiro e, posteriormente, em capital, tudo passa a ser regido e subordinado ao regime do capital, com fim único de acumulação e valorização. O homem transforma-se, então, em trabalhador assalariado, tanto no campo como na cidade.

Quando Marx analisa a entrada do capital no meio rural, no momento de desenvolvimento da indústria moderna, visualiza os trabalhadores sob a mesma lógica, quer estejam na agricultura ou na manufatura. A transformação do processo de produção capitalista significou uma nova forma de lançar o trabalhador à miséria: seu instrumental de trabalho foi convertido em meio para subjugá-lo. Para este autor, “[...] a combinação social dos processos de trabalho torna-se a opressão organizada contra a vitalidade, a liberdade e a independência do trabalhador individual” (MARX, 2008, p. 570). Nesta perspectiva, considera-se indispensável colocar no cerne de nossa análise a lógica e a dinâmica que move o capital e o desenvolvimento do capitalismo.

No Brasil, sobretudo, a partir do processo de modernização do campo, com sua intensidade e por sua natureza destrutiva para a população em geral, mas especialmente para os trabalhadores, verificamos mudanças significativas que tendem a reforçar as desigualdades e os históricos processos de expropriação. Tal processo de modernização não pode ser apreendido, destacando apenas as inovações tecnológicas que permitiram a expansão da área cultivada e a elevação

dos índices de produtividade por hectare. Para além da aparência e dos discursos ideológicos, importa-nos evidenciar as estratégias econômicas e políticas adotadas pela classe burguesa agrária em acordo com o Estado, as quais beneficiam a agroindústria e a concentração fundiária, dentro de uma lógica maior de valorização do capital.

Diante do exposto, estudar a questão rural e a problemática agrária demandam-nos esforços analíticos no sentido de problematizar aspectos mais complexos do “mundo rural”, envoltos na dinâmica mais geral do capital, que perpassa as transformações nas relações de produção no campo. Reconhecemos, todavia, que os aspectos mais gerais e as particularidades da questão agrícola não devam ser menosprezados em nossa análise.

2. O CAPITALISMO BRASILEIRO NO MEIO RURAL: reflexões sobre as investidas do capital, em tempos de precarização do trabalho

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, no campo, nos marcos do processo de modernização se dá mediante a transformação da renda da terra em capital agrário e o aumento do mercado da mão-de-obra assalariada (PINHEIRO (2004, p. 48). Como destaca o referido autor, a expansão das fronteiras agrícolas engendrou o confisco, por parte de bancos, de pequenas propriedades além da grilagem de terras, desalojando posseiros. Deste modo, restringiu-se o acesso à terra e ao crédito rural para os pequenos produtores, ao mesmo tempo em que os assassinatos seletivos de camponeses compeliu alguns deles a uma postura de medo e de resignação. Tal realidade fez aumentar o êxodo rural e adensar o contingente de desempregados nas cidades.

Assim, a questão agrária e urbana no país se vê agravada, tendo em vista que o acentuado êxodo rural provocou o crescimento acelerado das cidades e áreas metropolitanas, com a formação de contingentes crescentes de trabalhadores vivendo em condições igualmente precárias. Ao ritmo da expansão urbana, o capital

se fortalecia e se articulava, promovendo investimentos em áreas rurais, através do desenvolvimento de uma agricultura moderna e da instalação de complexos agroindustriais. O processo de industrialização impulsionado pelo grande capital divulgou, dentre outras,

[...] várias estratégias destinadas a aumentar a produção e a produtividade nos países subdesenvolvidos, através de instituições como a Fundação Rockefeller, Fundação Ford, Banco Mundial e FMI. Entre algumas estratégias, destacamos o uso de máquinas, tratores, fertilizantes, defensivos agrícolas, essa nova forma de produção foi denominada de Revolução Verde. Procurou colheitas recordes e aumento de produtividade com menor número de variedades vegetais, fazendo uso de mecanização, quimificação e genética. Beneficiou os grande proprietários rurais, as empresas agropecuárias (PINHEIRO, 2004, p. 54).

Essas transformações revelam-se conservadoras, na medida em que, não evidenciam intenção de melhorar a vida do trabalhador rural. Expandir o sistema capitalista, encontrar novas formas de acumular constituem preocupação central. Os instrumentos utilizados pelos governos para apoiar os latifundiários e empresários ratificam tal assertiva. Como afirma Mendonça (2006, p. 73),

[...] a política de modernização da agricultura brasileira, perpetrada pelos governos militares a partir dos anos de 1960, pautar-se-ia por mais uma diretriz: a farta concessão estatal de créditos e subsídios seletivamente direcionados para a agricultura patronal, tendo em vista disseminar tecnologia e privilegiar os produtos de exportação ou vinculados a programas energéticos.

Diferentemente do apregoado pela elite conservadora brasileira, a modernização não solucionou a questão agrária, mediante o acréscimo de tecnologia ao processo produtivo. Estamos lidando com uma questão que “é estrutural, e não pode ser resolvida apenas com medidas de política agrícola ou social, já que seus efeitos, fatalmente, serão destruídos pela estrutura fundiária” (MENDONÇA, 2006, p. 79). Considerando, aspectos enfatizados por Florestan

Fernandes, Sampaio Jr. afirma (1999, p. 143) que o grande problema das economias dependentes, a exemplo da brasileira, reside no fato do processo de modernização encontrar-se sob os auspícios de “[...] burguesias impotentes para superar a situação de subordinação externa e onipotente para impor unilateralmente a sua vontade ao conjunto da população”.

Assim, os frutos da modernização não poderiam ser outros senão aqueles vinculados ao estreitamento das relações entre as diversas frações do capital – agrário, industrial, financeiro – as quais empreendem novas formas de organização e gestão do trabalho, com a permanência das tradicionais estruturas e de mecanismo de dominação/expropriação do campo. O que mudou, então? Segundo Mendonça (2004, p. 87-88) um dos importantes frutos da modernização se processa na extração socioeconômica dos novos latifúndios, na maior parte dos casos, também geridos por empresários industriais ou financeiros, em geral, fazendo parte de grupos econômicos internacionais.

As denúncias e manifestações da miséria vigente no campo têm feito aumentar os conflitos¹ e lutas por acesso a terra. Os trabalhadores rurais almejam por reforma agrária. Parece-nos cada dia mais difícil negar ou camuflar a situação precária de vida desses trabalhadores e a “pobreza” como uma consequência inevitável.

A pobreza - expressão da questão social no campo para a burguesia e o Estado esteve ligada a um discurso, de algo a ser superado automaticamente, pelo próprio mercado, na medida em que a modernização tecnológica se expandisse no campo e a população rural fosse absorvida em outros setores da economia, como o industrial e até mesmo incorporados nos centros urbanos. Uma visão distorcida e conservadora da questão agrária que permanece sendo utilizada para a preservação da estrutura fundiária do país.

Atrelados a ações pontuais e assistencialistas para atender as demandas dos segmentos sociais que vivem no campo, os mecanismos de violência e o

¹ A Comissão Pastoral da Terra divulgou em relatório sobre Conflitos de Terra, o aumento de 751 em 2008 para 854 no ano de 2009.

autoritarismo sempre foram utilizados pelos setores dominantes. Questionando os caminhos escolhidos pelos segmentos dominantes do Brasil para o desenvolvimento do sistema capitalista, Pinheiro (2004, p.60) se sustenta nas palavras de Martins quando ele afirma:

Se em outros países o estabelecimento de restrições à propriedade fundiária e, em consequência, a democratização do acesso a ela aplainou o terreno ao desenvolvimento capitalista, aqui se deu o contrário. Aqui o próprio capital se tornou proprietário de terra e incluiu na sua reprodução, ampliando a irracionalidade da renda fundiária. No meu modo de ver, o nosso capitalismo predatório e anti-social, irresponsável e despreocupado em relação aos problemas sociais que cria, é fruto dessa anomalia histórica.

Com efeito, as ações relacionadas ao objetivo de democratizar o acesso a terra, a exemplo do Estatuto da Terra, editado em 1964, em pleno regime militar, nunca materializaram essa intenção. O momento que antecede a elaboração do Estatuto da Terra foi marcado pelo processo de organização do campesinato, com o surgimento das ligas camponesas, de sindicatos rurais² e com atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro.

Nesse momento, o país experimentava mudanças na forma de produção com a introdução de novas tecnologias e novas lógicas nas relações de trabalho, mudanças que estavam atreladas diretamente ao processo de industrialização. No campo, as inovações tecnológicas permitiram elevação dos índices de produtividade e a expansão da área cultivada por monoculturas em grande escala. Entretanto, essas mudanças que fizeram parte do desenvolvimento do capitalismo no campo, contribuíram, contraditoriamente, para agravar a questão agrária. Segundo Pinheiro, (2004, p. 49)

² Com a expansão dos sindicatos de trabalhadores rurais e do fortalecimento da atuação das Ligas Camponesas foi aprovado em 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendia aos assalariados rurais a legislação social que já beneficiava o trabalhador urbano, a exemplo de: salário mínimo, jornada de trabalho, férias e repouso semanal, entre outros. Como o Estatuto da Terra, 1964, foram fortes instrumentos de regulação e controle das tensões sociais no campo.

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro ocorreu com o esmagamento da pequena produção camponesa. À medida que o capital expandia suas fronteiras agrícolas, pequenas propriedades eram confiscadas pelos bancos e a grilagem desalojava posseiros. Restringia-se o acesso à terra e o crédito rural para os pequenos produtores, perpetravam-se assassinatos seletivos de camponeses. Essa realidade aumentava o êxodo rural.

Dessa forma, a classe trabalhadora rural pouco se beneficiou com o processo de modernização, ficando subjugada às novas formas de relação de trabalho com longas jornadas de trabalho, baixas remunerações. Ressaltamos ainda a expulsão massiva dos trabalhadores de suas terras.

Cabe-nos lembrar, o clima de tensão por parte do Estado e dos latifundiários, que temiam uma revolução camponesa, na década de 1960, no Brasil. Naquele período crescia no país um movimento de luta por justiça social no campo e por reforma agrária. A resposta às reivindicações se deu de maneira ágil e perversa através de violência, de tocaias, perseguições, chacinas e repressão. Estas estratégias utilizadas praticamente aniquilam o movimento e deixam a massa rural amedrontada. Em 30 de novembro de 1964, através da lei 4.504, o Estado brasileiro cria o Estatuto da Terra³.

Verifica-se, então, o abandono de qualquer perspectiva de reforma agrária, mesmo que esta tenha sido utilizada com a finalidade de apaziguar as massas em meios aos conflitos. Segundo Pochmann (2008, p. 140-141), a dinâmica do governo autoritário se mostrou visível mediante a implementação da “legislação voltada ao desenvolvimento capitalista no campo, com apoio à consolidação do minifúndio em sistema de empreendimentos empresariais”. Portanto, não há como negar que as políticas públicas dos governos autoritários destinadas à modernização do campo, apresentam “[...] natureza fortemente conservadora, a começar pela definição de uma política agrícola voltada para uma melhor estruturação do segmento

³ Maiores detalhes, acessar: www.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes.

empresarial no campo⁴ (POCHMANN, 2008, p. 142). Este quadro conduziu Pochmann (2008, p.141) a afirmar que “não houve alteração significativa na estrutura fundiária, mesmo com a formulação do Estatuto da Terra (ET) e a implementação do Imposto Territorial Rural (ITR)”.

O processo de modernização no campo, cujo intermediador direto foi o Estado, expressa visivelmente a relação deste com a classe burguesa do país, a qual, apoiada em investimentos do governo, se fortalece e acumula riquezas. Até os dias atuais, esta relação apresenta-se onerosa para a classe trabalhadora rural. Ainda na década de 1970, a modernização do campo expulsou inúmeros trabalhadores rurais, movimento que permanece em algumas regiões do país. Até meados da década de 1980, o Estado prossegue sua política modernizadora com investimentos em infra-estrutura e tecnologia, facilitando a produção e o escoamento da mesma, beneficiando, principalmente, os produtos agropecuários que compunham a linha da exportação.

Apenas em meados da década de 1980, com o Decreto nº 91766 de 10 de outubro de 1985, foi aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), tendo como objetivo efetivar o Estatuto da Terra. Este Plano previa (PNRA, 1985, p. 41)

Promover melhor distribuição de terra, mediante modificações do regime de posse e uso, adequando-o às exigências do desenvolvimento do país através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em conseqüência, dos princípios de injustiça social, e o de cidadania do trabalhador rural.

⁴ Na maioria das vezes, o crédito público era voltado aos grandes proprietários rurais, esses usufruíam cerca de 70% do montante de recursos direcionados as políticas públicas rurais. Para tanto, o governo militar instalou uma nova tecnocracia organizada em novas agências estatais (como as agências bancárias do Banco do Brasil que tinha em 1964, 578 agências e em 1978, mais que dobrou esse número, instalando no interior do país mais 648, em 14 anos as agências do banco do Brasil somavam 1.226. Embora os agricultores familiares representassem cerca de 80% total dos estabelecimentos rurais, eles tinham acesso em média apenas de 6% do total dos recursos públicos disponibilizados para o financiamento de atividades agropecuário. (POCHMANN, 2008, p.142-144).

Compreendendo que a sociedade capitalista constitui um espaço de lutas de classes, o momento histórico vivenciado pelo país, nos anos 1980, problematizado por, Araújo (2005, p. 25) é elucidativo das contradições presentes no mundo rural. Afirma a autora que,

[...] a questão agrária volta à cena cotidiana face à crescente demanda por terra, expondo a contraface do processo de modernização. [...] A ampliação dos conflitos revela que os mesmos já não são apenas conflitos em torno da terra, da produção ou das condições de trabalho. Trata-se também da construção de obras públicas, da assistência governamental nas situações de calamidade do meio ambiente, da assistência médica, entre outras questões.

Para melhor entendermos os conflitos enfatizados pela autora supracitada, consideramos aqui o contexto histórico dos anos de 1980. Esta década foi palco de uma reviravolta no processo de acumulação brasileira. Ora, a economia do país passava por um período de crise de seu padrão de acumulação, de uma ruptura com o projeto de desenvolvimento, sustentado à base do financiamento externo. A implantação, no campo, de sistemas produtivos altamente intensivos em capital, iniciada ainda na década de 1970, ganha conotação e desperta renovado interesse ao capital, na perspectiva do enfrentamento das manifestações da sua crise estrutural. Esse movimento “destrutivo” que tem redimensionado as formas de gestão da força de trabalho e a própria condução de organização do mercado de trabalho na cidade, não se restringe à grande indústria. Com efeito, o trabalhador do campo não é aliviado das manifestações dessa crise; mesmo diante de uma redução da ocupação do campo, fruto do êxodo rural e da mecanização, ou mesmo em consequência da introdução de outras atividades com vista à reprodução da vida no campo.

Esta mudança na ótica produtiva no campo, intensivo em capital, se apresenta já em definitivo a partir da década de 1980, quando o crescimento do setor agrícola passa a obter incrementos crescentes de produtividade. Na concepção de Silva (1999, p.312) este processo resulta da, dentre outras coisas, da

[...] adoção de uma nova ótica de desconcentração da atividade produtiva a nível nacional, com vista à utilização de recursos naturais disponíveis nas diferentes regiões; e o impulso dado pelos incentivos fiscais aos capitais que se deslocassem para as regiões.

Apesar da crise dos anos de 1980, o Estado passa a explorar e a desenvolver programas de agricultura irrigada, a exemplo daqueles realizados no Nordeste do país⁵, apoiando-se em potencialidades internas tais como os solos férteis e a água de boa qualidade. Tais investidas do capital modificaram a dinâmica das zonas rurais brasileiras. Com a instalação de empresas agroindustriais, principalmente pós 1990, o novo paradigma de modernização se fortalece no meio rural, mediante o fomento de estratégias que têm por fim adequar à agropecuária brasileira aos anseios e necessidades presentes no cenário internacional. É notável a presença do Estado, injetando recursos para incentivar focos de competitividade, o que evidencia seu comprometimento em atender as demandas do mercado.

Deste modo, a ação do Estado de natureza intervencionista e reguladora passa por profundas revisões, seguindo doravante orientações das próprias leis do mercado. Acirra-se a competitividade na agropecuária, estimulam-se mudanças na forma de produção, a exemplo da redução da área plantada, com potencialização da mesma, o que possibilita a extração de maior lucro. O trabalhador rural não usufrui do projeto de modernização da agricultura brasileira, o qual se revela de fato seletivo. Estes trabalhadores continuam sendo expulsos do campo, principalmente na região Nordeste do país.

⁵ Exemplo típico dessas mudanças no âmbito produtivo do campo pode ser observado no Complexo agro-industrial de Petrolina – Juazeiro surgido nos anos setenta, aproveitando o Vale do São Francisco e o Pólo de Fruticultura Irrigada Açú / Mossoró no Rio Grande do Norte nos anos oitenta, aproveitando a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Vale do Açú, e a perfuração de poços profundos no município de Mossoró e região. Além desses dois Pólos de Fruticultura, surgiram também áreas de agricultura moderna de grãos no cerrado do oeste baiano, sul do Maranhão e do Piauí. Ressalta-se que nesses locais, a produção é essencialmente voltada para o mercado dos centros Sul/Sudeste, e em sua maioria para o mercado internacional (SILVA E SILVA, 2007, p. 212).

Portanto, no campo ou na cidade estes trabalhadores estão sujeitos a relações precárias de trabalho. No campo, em particular, a situação se mostra visivelmente agravada quando analisamos a concentração da ocupação se dá em sua maioria em estabelecimentos rurais, cuja composição básica é fundada na mão-de-obra familiar, ou seja, não remunerada. Como nos apontam os dados do Censo agropecuário 2006 cerca de 12.810.591 milhões de trabalhadores estão ocupados em estabelecimentos em que predominam laços de parentesco com o produtor, na grande maioria produzindo culturas de subsistência. Outros 3.557.042 milhões de trabalhadores estão contratados sem nenhum laço de parentesco com o produtor, assumindo relações em sua maioria precárias de contratação, como empregos temporários, trabalho semiescravo, ou até mesmo escravo⁶, vinculados a produção de culturas temporárias, como é o caso da cana-de-açúcar⁷.

Ora, estando à maior parte da população apresentada concentrada nas primeiras ocupações citadas, evidencia-se a precarização do trabalho de muitos, envolvidos em atividades cujo objetivo primeiro é a sobrevivência, sendo renda familiar considerada baixa. Alguns fatores explicam o desempenho reduzido dessa atividade, dentre eles podemos evidenciar: a não posse dos meios para produção, o não acesso a insumos, máquinas e implementos, assistência técnica e o principal de tudo, o acesso a terra.

Outra questão de relevância incontestável é a concentração de latifúndios e incentivo ao agronegócio no país, sendo hoje uma das marcas da questão social. Mesmo com mudanças na política de reforma agrária, a concentração de terra tem aumentado no país⁸, o que tem contribuído para práticas conservadoras no campo,

⁶ No ano de 2003, o Brasil obteve um recorde no resgate de trabalhadores, sendo mais de 5 mil pessoas libertadas pela ação do Grupo Móvel de Fiscalização. De 1995 a 2003 foram 10.776 trabalhadores libertados. Nos anos de 2003 e 2004 foram libertados 7.169 trabalhadores. http://www.oitbrasil.org.br/trabalho_forcado/brasil/projetos/documento.php

⁷ Ainda que represente menos de 10% (6,3 milhões de ha) em relação à área de lavouras – aproximadamente 70 milhões de ha, essas monoculturas ocupam grandes extensões de terra e se utilizam de expedientes regressivos, como grilagem, conflitos violentos com camponeses, comunidades quilombolas, índios e posseiros (THOMAZ, 2009).

⁸ Segundo o IBGE, o índice divulgado anteriormente era de 0,872. No entanto, o valor real do índice ap é de 0,854, mostra que há uma estabilidade na concentração fundiária no país

como são os casos dos trabalhadores rurais que se submetem aos acordos estabelecidos com os proprietários de terras para sobreviver. Nessas condições encontramos os meeiros, arrendatários, parceiros, comodatários e diaristas.

Essas relações estabelecidas em torno da propriedade fazem parte de uma construção histórica no mundo e no nosso país. Araújo (2005, p. 67) acrescenta que “a questão agrária compreende relações de poder econômico e político-cultural entre diferentes sujeitos com interesses e perspectivas diferenciadas em torno da propriedade da terra e seus múltiplos usos no capitalismo”.

Outras questões interferem no desenvolvimento das famílias no campo (trabalhador rural), como a carência de políticas de saúde, previdência e assistência social, saneamento básico, qualidade de vida, educação e emprego. A questão cultural e política não podem ser minimizadas, diante da gravidade das condições precárias dessa população. A vulnerabilidade dessas famílias as torna alvos fáceis de períodos eleitorais, que na concepção de Araújo (2005, p.68), têm sido propícios para a manifestação de relações de favor e de clientelismo, do uso de dinheiro e /ou políticas públicas em proveito de particulares, ensejando a corrupção eleitoral e a reprodução das desigualdades.

Salvo algumas particularidades, no campo não muito diferente da cidade, intensificam-se processos de reestruturação sob os moldes de um novo paradigma produtivo que carrega um discurso ideológico de livre comércio e de fomento à iniciativa privada. A política agrária já no governo de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, traz essas idéias articuladas às imposições do Banco Mundial. Uma característica desse momento histórico: a reedição de formas antigas de produção, pequenas ou grandes, como por exemplo, o apelo renovado à agricultura familiar. Esta agora incorpora uma nova lógica que a move, uma vez que as práticas e relações presentes no meio rural encontram-se mais e mais condicionadas pelo mercado. Diante disso, que implicações decorrem destes processos e afetam o trabalhador do campo, ante as novas investidas do capital? A que condições e

pelo menos nos últimos 20 anos, já que o índice de 1985 era de 0,857 e o de 1995/96, de 0,856. Indicador oficializado em 05 de novembro de 2009, após recálculo do IBGE.

relações de trabalho esse trabalhador é impelido, diante de uma realidade que não pode ser mais minimizada pelo êxodo rural, uma vez que a cidade enfrenta ferozmente as embatidas do capital, e o mercado de trabalho urbano tem sido agravado com incertezas diárias, empregabilidade insuficiente para absorver toda a população economicamente ativa, além de constituir cenário de barbárie e de toda sorte de violência? A atuação do Estado pode ser considerada coadjuvante dessa lógica destrutiva?

3. À GUIA DE DISCUSSÃO

Diante dos novos rumos assumidos pela economia brasileira, que segue determinações do capital frente às manifestações de sua crise estrutural, tanto a cidade quanto o campo têm sido alvo de processos de reestruturação, de modificação na estrutura produtiva. Especificamente, o campo tem sido remetido a novos papéis. As práticas agrícolas em grande escala com fins de exportação continuam a ser propaladas como estratégia de desenvolvimento, ao mesmo tempo, em que a agricultura em pequena escala entra na agenda das políticas públicas, com fins de garantir a acumulação continuada, a exemplo dos incentivos a agricultura familiar.

Diante desses movimentos, a atuação do Estado é explicada como modo de assegurar a reprodução do capital, ao fim capitalista. Além de implantar medidas que fomentem maior produtividade no campo, como as inovações tecnológicas têm lançado projetos de desenvolvimento rural, que ideologicamente conduzem o trabalhador rural a ideias de consenso e de integração, como por exemplo, a agricultura familiar que tem sido integrada a lógica mercadorial a luz desse aporte ideológico. Essas medidas reduzem os rumos do meio rural às possibilidades mais adequadas a reprodução do capital, muitas vezes com base na própria reprimenda dos movimentos sociais. Como consequência dissemina-se o individualismo entre os trabalhadores do campo, assim como na cidade. Estes se encaram como

concorrentes, em meio a uma escala de produtividade exigida pelo grande capital em que os menos “aparelhados” com o potencial tecnológico adequado são compelidos a políticas antálgicas de combate a pobreza no campo.

Ademais, o Brasil a exemplo dos demais países de economia periférica em se tratando de estrutura produtiva tem copiado o “descartável”, não sendo, portanto detentor de uma matriz técnico-científica. Essa posição coloca nosso país em uma condição de dependência externa, a constantes endividamentos, isto para se manter frente à concorrência intercapitalista. Como afirma Oliveira, do ponto de vista de acumulação do capital, nosso país vivencia uma “espécie de eterna corrida contra o relógio”. Além de incorporar uma estrutura produtiva obsoleta, reafirma o autor, cada vez mais lhe é exigido um esforço de investimento superior as “forças internas de acumulação”, isto implica logicamente na intensificação da dependência financeira com relação a investidores externos (2003, p. 139).

Dessa forma, o campo não se apresenta como corpo isolado dos domínios de reprodução do capital, tampouco, o trabalhador rural está imune as conseqüências destrutivas desse momento histórico. Ao contrário, esse tem uma particularidade agravante: é constantemente compelido a aceitar novos tratados de produção e relações de trabalho sob nova roupagem, em meio às estratégias de revigoreamento do tecido produtivo, como a pluriatividade ou a flexibilização, estratégias do capital também aplicadas no campo. Estes trabalhadores são “incluídos”, dentre a mão-de-obra explorada, em meio a uma teia ideológica propagadora do designado “desenvolvimento rural”, a qual mascara as reais condições de trabalho e de vida no meio rural, sobretudo, naquelas regiões consideradas exemplares pelo e para o capital. As formas de exploração são reinventadas a moda do capital mediante um discurso ideológico, a essência não se alterou. Já que esses processos reestruturantes só têm favorecido a acumulação em detrimento do agravamento das condições de vida dessa população, consubstanciada pelos dados que aponta o trabalho escravo.

O cerne da questão é que nas economias dependentes, como a brasileira, a superexploração do trabalho se encontra no centro da acumulação, como dinâmica

do capital na periferia do sistema. Tal ofensiva ideológica que tem sido conduzida pelo discurso da flexibilidade das condições e relações do trabalho tem inibido a organização destes trabalhadores enquanto classe, o que arrefece a capacidade de luta. Fica claro, portanto que as unidades familiares hoje se integram ao circuito mercantil do capital, condicionando a subordinação do campo à lei de valorização do capital.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Severina Garcia de. *Assentamentos Rurais: Trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política*. Natal: EDUFRRN, 2005.

_____. *Terra e poder na virada do século*. In: Revista Inscrita, nº 05, CRESS, 1998.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. www.mda.gov.br. Acesso em: 09 de agosto de 2010.

COMISSÃO PASTORAL AS TERRA - CPT divulga dados parciais dos conflitos no campo no Brasil em 2010. Disponível em:
http://www.cptpe.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1630:CPT%20divulga%20dados%20parciais%20dos%20conflitos%20no%20campo%20no%20Brasil%20em%202010&catid=2:noticia&Itemid=29. Acesso em: 20 de novembro de 2010.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Vol.1. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização econômica, 2008. Cap. XIII.

MENDONÇA, Sonia Regina. *A questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964/1990*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PINHEIRO, Antônio Flávio Costa. *Assentamentos Barra do Leme e 24 de Abril: Poder e Sustentabilidade*. Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Geografia) UECE, 2004.

PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, 1985. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=129768&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Acesso: em 20 de outubro de 2010.

POCHMANN, Marcio. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PROJETO DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/trabalho_forçado/brasil/projetos/documento.php. Acesso: 20 de outubro de 2010.

REPARO EM DADO DO IBGE NÃO ESCONDE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8619>. Acesso: em 18 novembro de 2009.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Editora: Vozes, 1999.

SILVA, Aldenor Gomes da. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte - Brasil. In. : CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa.(org). *Globalização trabalho e meio ambiente mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: ed. Universitária da UFPE, 1999.

SILVA, F. de Sousa Barreto Silva; SILVA, Jaime dos Santos da. *Considerações sobre a agricultura irrigada no vale do Açu e os impactos no mundo do trabalho*. In: Anais. VI Encontro Regional da ABET. João Pessoa – PB, 2007.

Thomaz Júnior, Antonio. *Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos*. Tese (livre-docência), São Paulo, 2009.